

	Valoração	Pontuação atribuída	Observações
4 — FP — Formação Profissional (pontuação máxima atribuível) . . . . .	20		
4.1 — Como Formador (1 ponto por cada acção de 2 horas, até 5 pontos) . . . . .	5		
4.2 — Como Formando (0,5 pontos por cada 7 horas de formação, até 5 pontos) . . . . .	5		
4.3 — Fundamentação do contributo da formação (até 10 pontos) . . . . .	10		
<i>Subtotal</i>		0	
5 — Outros Elementos Considerados Relevantes (pontuação máxima atribuível) . . . . .	20		
5.1 — Colabora/Orienta estudantes em ensino clínico de Enfermagem ou leccionou em escola superior de enfermagem . . . . .	5		
5.2 — Integrou novos elementos na Unidade de Cuidados . . . . .	5		
5.3 — Projecto profissional no âmbito dos Cuidados de Saúde Primários . . . . .	5		
5.4 — Elementos curriculares não contemplados nos números anteriores com interesse para o desenvolvimento pessoal e profissional do candidato (1 ponto por cada elemento até 5 pontos) . . . . .	5		
<i>Subtotal</i>		0	
6 — Apresentação Curricular (pontuação máxima atribuível) . . . . .	20		
6.1 — Redacção a letra n.º 12 e a 1,5 ou 2 espaços . . . . .	2		
6.2 — Paginação correcta . . . . .	2		
6.3 — Existência em anexo do comprovativo da actividade referida no texto . . . . .	2		
6.4 — Número máximo de folhas: 10, excluindo anexos . . . . .	3		
6.5 — Organização sequencial dos conteúdos, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º do capítulo IV do Decreto Lei n.º 437/91 de 8 de Novembro . . . . .	3		
6.6 — Descrição cronológica dos factos ocorridos (até 3 pontos) . . . . .	3		
6.7 — Correcta utilização da linguagem técnico-científica (até 3 pontos) . . . . .	3		
6.8 — Anexos correctamente referenciados no texto . . . . .	2		
<i>Subtotal</i>		0	
<i>Total</i>		0	

203553473

**Aviso n.º 15678/2010**

**Procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhador com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de 1 posto de trabalho destinado a enfermeiros, no âmbito regional do Mapa de Pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP.**

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por Despacho da Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, de 23 de Julho de 2010, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis, a contar da data da publicação no *Diário da República*, procedimento concursal de ingresso, tendo em vista o preenchimento de 1 posto de trabalho para a categoria de enfermeiro da carreira de enfermagem, na modalidade relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do Mapa de Pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P., para o Agrupamento dos Centros de Saúde de Grande Lisboa IX — Algueirão-Rio Mouro.

1 — Descrição sumária das funções inerentes ao posto de trabalho a ocupar e perfil de competências

A descrição sumária das funções inerentes aos postos de trabalho a ocupar, correspondem genericamente às funções constantes no Artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 248/2009 de 22 de Setembro.

2 — Índice remuneratório

De acordo com o cabimento orçamental autorizado, o vencimento é de € 1.020,06 (mil e vinte euros e seis centimos), que corresponde, actualmente, à remuneração prevista para ingresso na categoria de enfermeiro.

3 — Local de trabalho

As funções serão exercidas nas instalações do ACES de Grande Lisboa IX — Algueirão-Rio Mouro.

4 — Condições de trabalho

As condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para os trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas.

5 — Legislação aplicável

O presente concurso rege-se pelas disposições contidas no Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de Setembro, pelos artigos 18.º a 57.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 411/99, de 15 de Outubro, este último rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 23-B/99, de 31 de Dezembro, pelas disposições constantes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela

Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, do Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de Março, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, da Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro, do Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho e do Código do Procedimento Administrativo.

6 — Âmbito de recrutamento

Nos termos do n.º 6, do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, do Despacho n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro de 2009, do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública e do Despacho de concordância n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro de 2009, do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, só podem ser admitidos ao presente concurso os trabalhadores que tenham previamente constituída relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho por tempo indeterminado, por tempo determinado ou determinável.

7 — Requisitos de admissão

7.1 — São requisitos gerais de admissão a concurso, definidos no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

d) Encontrar-se física e psiquicamente apto para o desempenho das funções e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

7.2 — São requisitos especiais os referidos na alínea a), do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro:

a) Posse do título profissional de enfermeiro;

b) Detenção de relação jurídica de emprego público previamente constituída, por tempo indeterminado, determinado ou determinável.

7.3 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados por tempo indeterminado, na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo, I. P. idênticos aos que, para cuja ocupação, se publica o procedimento.

8 — Prazo de validade

O presente recrutamento destina-se ao preenchimento do posto de trabalho colocado a concurso (1), e para o que, precedido, de parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas Finanças e pela Administração Pública, venham a ser considerados necessários nos

serviços abrangidos pela ARS LVT, I. P., no prazo de 2 anos, contados da data da publicação da respectiva lista de classificação final.

9 — Formalização das candidaturas

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, podendo ser entregue directamente nas instalações do ACES Grande Lisboa IX — Algueirão/Rio Mouro, Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Algueirão — Mem Martins, sito na Est. de Mem Martins, n.º 247, 2725-391 Mem Martins, das 9.00 horas às 17.00 horas, ou remetido pelo correio, para a mesma morada, com aviso de recepção.

9.2 — A candidatura deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes elementos:

- a) Cópia dos documentos de identificação (Bilhete de Identidade/ Cartão de Cidadão; NIF)
- b) Cédula Profissional da Ordem dos Enfermeiros válida, com a aposição de vinheta anual ou documento substitutivo que ateste a validade da inscrição na Ordem dos Enfermeiros;
- c) Currículo profissional detalhado, devidamente assinado, donde constem, para além de outros elementos julgados necessários, os seguintes: habilitações literárias, funções que exercem e exerceram, bem como a formação profissional detida;
- d) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- e) Documento comprovativo das habilitações profissionais, cursos e acções de formação com indicação das entidades promotoras e respectiva duração;
- f) Declaração passada pelo órgão ou serviço onde exerce funções, da qual conste a identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, carreira e categoria de que o candidato seja titular e actividade que executa, bem como experiência profissional;
- g) Outros documentos, considerados relevantes para análise da candidatura, que tenham mencionado no requerimento de candidatura, e não identificados no presente aviso.

9.3 — A apresentação dos documentos comprovativos das situações previstas nas alíneas b) a d) do n.º 7.1 do presente aviso é dispensada nesta fase, desde que o candidato declare, no requerimento de admissão ao concurso, sobre compromisso de honra, a situação precisa em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos.

9.4 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

9.5 — Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de elementos comprovativos das suas declarações.

10 — Composição e identificação do Júri

O Júri do presente procedimento terá a seguinte composição:

- Presidente: Maria Helena Eusébio Bica, Enfermeira Especialista, do ACES Grande Lisboa IX — Algueirão-Rio Mouro;
- 1.º Vogal efectivo: Maria Teresa Mendes Rodrigues, Enfermeira Especialista, do ACES Grande Lisboa IX — Algueirão-Rio Mouro;
- 2.º Vogal efectivo: Maria de Fátima Baptista Correia Santos, Enfermeira Especialista, do ACES Grande Lisboa IX — Algueirão-Rio Mouro;
- 1.º Vogal suplente: Benedito Pedro Ramos Costa, Enfermeiro Especialista, do ACES Grande Lisboa IX — Algueirão-Rio Mouro;
- 2.º Vogal suplente: Vanda Maria Carrilho Saraiva, Enfermeira Especialista, do ACES Grande Lisboa IX — Algueirão-Rio Mouro

11 — Métodos de Selecção

11.1 — O método de selecção aplicável é a avaliação curricular, nos termos do n.º 4 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de

Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, em conjugação com o n.º 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de Setembro, e com o artigo 21.º, da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

A avaliação curricular visa avaliar a qualificação profissional dos candidatos, ponderando, de acordo com as exigências da função, a habilitação académica, a formação profissional, a experiência profissional e outros elementos considerados relevantes.

11.2 — A classificação final dos candidatos será expressa na escala de 0 a 20 valores, resultante da média ponderada pela aplicação da seguinte fórmula, baseada na grelha em anexo I:

$$CF = \frac{(2 \times HA) + (3 \times NCE) + (7 \times EP) + (3 \times FP) + (3 \times OECR) + (2 \times AC)}{20}$$

Sendo que:

CF = Classificação Final;

HA = Habilitações Académicas;

NCE = Nota final obtida no Curso Superior de Enfermagem ou equivalente legal;

EP = Experiência Profissional;

FP = Formação Permanente;

OECR = Outros Elementos Considerados Relevantes, relacionados com a área de trabalho a que se candidata;

AC = Apresentação Curricular.

Em caso de igualdade de classificação, o Júri deliberou, de acordo com o art.º 37, do Decreto-Lei n.º 437/91 de 8 de Novembro, ser admitido: 1.º - Enfermeiros que já exerçam funções no Agrupamento a que se candidatam; 2.º - Possuidores de melhor nota final no curso de formação básica. O júri deliberou ainda: 3.º - ter mais tempo de serviço nos Cuidados de Saúde Primários.

11.3 — Os critérios de apreciação e ponderação, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, que será facultada aos candidatos sempre que solicitada.

11.4 — Considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 10 valores, como tal se considerando por arredondamento a classificação inferior a 9.5 valores.

11.5 — As listas de candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final do concurso serão publicadas no *Diário da República*, de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 33.º e no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, e afixadas na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., na Avenida Estados Unidos da América n.º 75 — 1749-096 Lisboa.

12 — Igualdade de oportunidades no acesso ao emprego

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

13 — Publicitação na Bolsa de Emprego Público

Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, o presente aviso será publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, por extracto, em jornal de expansão nacional, e ainda na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)) e no portal da internet desta Administração Regional de Saúde, ([www.arslvt.min-saude.pt](http://www.arslvt.min-saude.pt)).

Lisboa, 23 de Julho de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo da ARSLVT, I. P., *Dr. Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos Fernandes*.

**Grelha de Avaliação Curricular — Anexo 1**

Critérios a Classificar	Classificação			
	Valor	Pontuação máxima	Ponderação	Pontuação
1—Habilitações Académicas (HA) . . . . .		20	2	
1.1— Grau de Mestre em Enfermagem ou equivalente legal . . . . .	20			
1.2 — Grau de Licenciado em Enfermagem ou equivalente legal . . . . .	18			
1.3 — Grau de Bacharel em Enfermagem ou equivalente legal . . . . .	16			
			<i>Total</i>	
2 — Nota Final obtida no Curso Superior de Enfermagem ou equivalente legal (NCE) . . .			3	
			<i>Total</i>	

Critérios a Classificar	Classificação			
	Valor	Pontuação máxima	Ponderação	Pontuação
3 — Experiência Profissional (EP) . . . . .		20	7	
3.1 — Experiência Profissional noutras Instituições . . . . .	5			
3.2 — Experiência Profissional em Cuidados de Saúde Primários . . . . .	5			
3.3 — Experiência Profissional em Cuidados de Saúde Primários especificamente no ACES Gtande Lisboa IX — Algueirão/io de Mouro . . . . .	10			
> 0 < 6 meses — 5 valores				
> 6 meses < 12 meses — 6 valores				
> 12 meses < 18 meses — 7 valores				
> 18 meses < 24 meses — 8 valores				
> 24 meses < 30 meses — 9 valores				
> 30 meses — 10 valores				
			Total	
4 — Formação Profissional (FP) . . . . .		20	3	
4.1 — Sem participação como Formador . . . . .	2			
4.2 — Com participação como Formador . . . . .	2			
4.2.1 — Noutras Instituições:				
4.2.2 — Em Cuidados de Saúde primários: . . . . .	8			
(por cada Acção de Formação 2 valores, até ao limite máximo de 8 valores)				
4.3 — Sem participação como Formando . . . . .	2			
4.4 — Com participação como Formando . . . . .	6			
(por cada Acção de Formação 2 valores, até ao limite máximo de 6 valores)				
			Total	
5 — Outros Elementos Considerados Relevantes (OECR) . . . . .		20	3	
5.1 — Sem elementos considerados relevantes — 2 pontos . . . . .	2			
5.2 — Com elementos considerados relevantes e abaixo descritos — ao valor indicado em 5.1 acresce até ao limite de 20 pontos . . . . .	18			
Orientar, supervisionar e avaliar alunos de enfermagem em ensinos clínicos — 1 ponto por cada ensino clínico (até ao limite 4 pontos);				
Participação em comissões/grupos de trabalho — 1 ponto por cada (até ao limite 1 ponto);				
Orientar e ou coordenar programas de saúde implementados no Centro de Saúde — 1 ponto por programa (até ao limite de 3 pontos);				
Colaborar com enfermeiro chefe na implementação de programas em cuidados de saúde primários 1 ponto por cada (até ao limite de 3 pontos)				
Ter realizado trabalhos científicos no âmbito de enfermagem, fora do contexto escolar — 0,5 pontos (até ao limite 1 pontos);				
Colaborar/integrar novos elementos na unidade de cuidados — 2 pontos por cada (até limite de 4 pontos)				
Colaborar na gestão de recursos materiais e gestão de recursos humanos na área dos cuidados de saúde primários — 2 pontos				
6 — Apresentação Curricular (AC) . . . . .		20	2	
6.1 — Forma:	5			
Elaborado a 1,5 espaços, com letra 11/12 e até o limite de 10 páginas (Penalização de 1 valor, se item não cumprido)				
6.2 — <i>Curriculum</i> com ordem sequencial . . . . .	5			
Introdução — 0,5 valores				
Desenvolvimento — 3 valores				
Análise Crítica — 1,5 valores				
6.3 — Projecto Profissional . . . . .	10			
Na área dos Cuidados de Saúde Primários — 6 valores				
Análise Crítica — 4 valores				
			Total	

## Grelha de Avaliação Curricular

Critérios a Classificar	Classificação			
	Valor	Pontuação máxima	Ponderação	Pontuação
3 — Formação Profissional (FP) . . . . .		20	3	
4.1 — Sem participação como Formador . . . . .	2			

Critérios a Classificar	Classificação			
	Valor	Pontuação máxima	Ponderação	Pontuação
4.2 — Com participação como Formador . . . . .	2			
4.2.1 — Noutras Instituições:				
4.2.2 — Em Cuidados de Saúde primários . . . . .	8			
(por cada Acção de Formação 2 valores, até ao limite máximo de 8 valores)				
4.3 — Sem participação como Formando . . . . .	2			
4.4 — Com participação como Formando . . . . .	6			
(por cada Acção de Formação 2 valores, até ao limite máximo de 6 valores)				
			<i>Total</i>	
5 — Outros Elementos Considerados Relevantes (OECR) . . . . .		20	3	
5.1 — Sem elementos considerados relevantes — 2 pontos . . . . .	2			
5.2 — Com elementos considerados relevantes e abaixo descritos — ao valor indicado em 5.1 acresce até ao limite de 20 pontos . . . . .	18			
Orientar, supervisionar e avaliar alunos de enfermagem em ensinos clínicos — 1 ponto por cada ensino clínico (até ao limite 4 pontos);				
Participação em comissões/grupos de trabalho — 1 ponto por cada (até ao limite 1 ponto);				
Orientar e ou coordenar programas de saúde implementados no Centro de Saúde — 1 ponto por programa (até ao limite de 3 pontos);				
Colaborar com enfermeiro chefe na implementação de programas em cuidados de saúde primários 1 ponto por cada (até ao limite de 3 pontos)				
Ter realizado trabalhos científicos no âmbito de enfermagem, fora do contexto escolar — 0,5 pontos (até ao limite 1 pontos);				
Colaborar/integrar novos elementos na unidade de cuidados — 2 pontos por cada (até limite de 4 pontos)				
Colaborar na gestão de recursos materiais e gestão de recursos humanos na área dos cuidados de saúde primários — 2 pontos				
			<i>Total</i>	
6 — Apresentação Curricular (AC) . . . . .		20	2	
6.1 — Forma . . . . .	5			
Elaborado a 1,5 espaços, com letra 11/12 e até o limite de 10 páginas (Penalização de 1 valor, se item não cumprido)				
6.2 — <i>Curriculum</i> com ordem sequencial . . . . .	5			
Introdução — 0,5 valores				
Desenvolvimento — 3 valores				
Análise Crítica — 1,5 valores				
6.3 — Projecto Profissional . . . . .	10			
Na área dos Cuidados de Saúde Primários — 6 valores				
Análise Crítica — 4 valores				
			<i>Total</i>	

203553716

**Aviso n.º 15679/2010**

**Procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhador com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de 3 postos de trabalho de técnico superior no âmbito regional do Mapa de Pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP.**

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por Despacho da Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, de 23 de Julho de 2010, se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação no *Diário da República*, tendo em vista o preenchimento de 3 postos de trabalho para a carreira de técnico superior, na área de Serviço Social, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do Mapa de Pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P., para o Agrupamento dos Centros de Saúde (ACES) de Grande Lisboa XII — Vila Franca de Xira.

Para efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º e artigo 54.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento próprias, presumindo-se igualmente a inexistência de reservas de recrutamento constituídas pela ECCRC, porquanto não foram ainda publicitados quaisquer procedimentos nos termos dos artigos 41.º e seguintes daquela Portaria.

1 — Caracterização do posto de trabalho e perfil de competências

1.1 — Caracterização dos postos de trabalho: Os postos de trabalho a ocupar caracterizam-se pelo exercício de actividades inerentes à carreira/categoria técnica superior na área de Serviço Social, nos termos do mapa anexo à LVCR, e que se indicam:

Desempenho de funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de carácter técnico na área psico-social; elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projectos com diversos graus de complexidade, e execução de outras actividades de apoio geral ou especializado nas áreas de actuação comuns, instrumentais e operativas necessárias à prossecução dos objectivos e projectos a decorrer no ACES; funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda com enquadramento superior qualificado; representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por directivas ou orientações superiores.

1.2 — Perfil de competências: Experiência profissional comprovada no contexto dos serviços que integram a rede de cuidados de saúde primários, no mínimo de 3 anos, que tenha permitido adquirir conhecimentos nas matérias relacionadas com as seguintes actividades a desenvolver:

a) Integração em equipas multidisciplinares nas unidades de saúde familiares, unidades de cuidados na comunidade, unidades de cuidados de saúde primários e na unidade de apoio à gestão;